

Programa deve atacar indexação

Técnicos dizem que combate à inflação só terá êxito se problema da indexação for resolvido

José Paulo Lacerda/AE

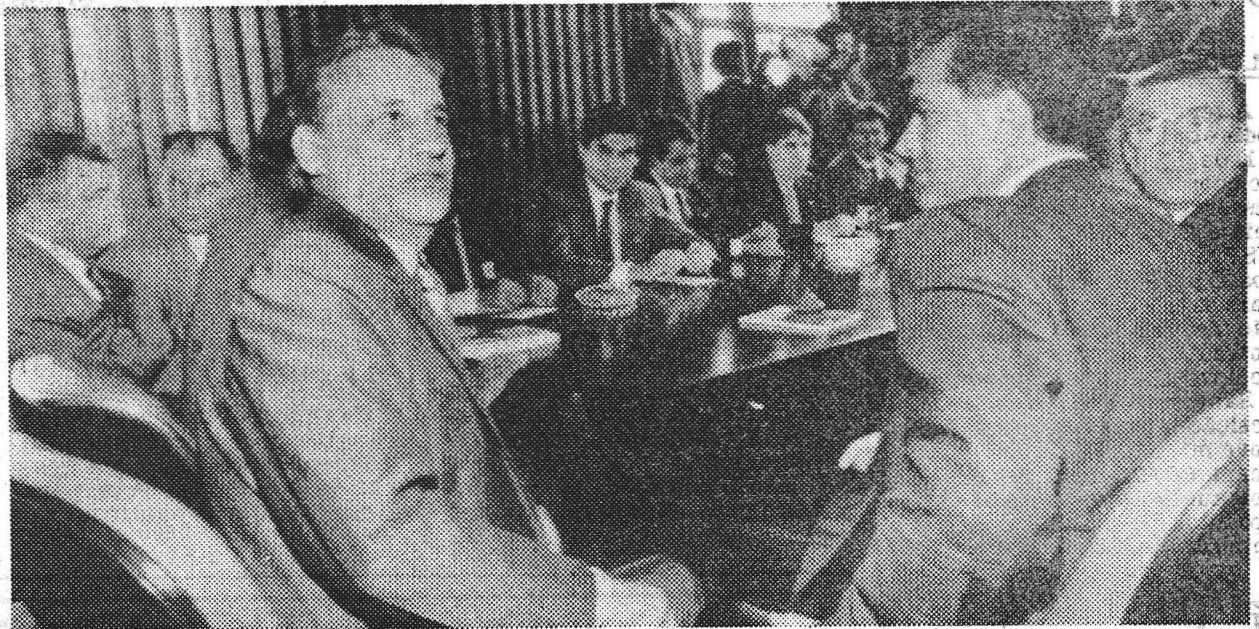
RIBAMAR OLIVEIRA e
BEATRIZ ABREU



BRASÍLIA — Além do ajuste fiscal rigoroso que o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, deverá anunciar no seu pronunciamento à Nação, talvez esta semana — que na verdade significa gastar apenas o que o País arrecada —, os assessores da área econômica discutem também o que fazer com a chamada inflação inercial. A velha questão está presente em todas as análises, à espera de uma solução, e já é um consenso na área técnica: nenhum programa de combate à inflação terá êxito se não atacar o problema da indexação.

A principal dúvida dos assessores do ministro Fernando Henrique Cardoso atualmente é se o problema da indexação deve ser resolvido antes ou depois que o governo, por meio de penoso processo de saneamento das contas públicas, conseguir resolver os problemas estruturais da economia — que estariam na raiz da inflação. Não perder o momento adequado para agir é fundamental neste caso. Mesmo porque a solução dos chamados problemas estruturais da economia — os passivos e os desequilíbrios patrimoniais do setor público principalmente — vai demorar muito e dependerá, basicamente, de apoio político.

Uma das perguntas que se coloca hoje é saber qual é o peso efetivo dos chamados problemas estruturais da economia na inflação brasileira de 30% mensais. Segundo alguns economistas, não mais que 5% desta taxa poderia ser atribuída aos problemas estruturais. A dúvida, então, é como explicar a inflação crônica brasileira apenas pela existência de um reconhecido déficit público — que, em termos operacionais, não é superior a 6% do Produto Interno Bruto (PIB).



Busca de apoio

Com lideranças no Congresso, Cardoso procura sustentação política para o plano

O maior peso sobre a taxa da inflação estaria na indexação: todos os segmentos da economia, comércio e indústria reajustam os seus preços com base na inflação passada e não por conta de seus custos efetivos. Os dois primeiros ministros da Fazenda do presidente Itamar Franco — Gustavo Krause e Paulo Haddad — negavam com veemência a adoção de medidas heterodoxas de combate à inflação.

Hoje, sabe-se que os dois idealizavam nos bastidores uma espécie de prefixação de preços, salários e câmbio, que seria adotada conjuntamente com uma redução drástica da dívida interna e uma aceleração do programa de privatização. Caíram antes que pudessem colocar em prática suas idéias. O ex-ministro Eliseu Resende apresentou um programa de crescimento econômico e não de estabilização. Mesmo o plano de desenvolvimento era apenas um elenco de intenções, uma vez que não existiam recursos disponíveis no orçamento.